

Coordenação
Tarcisio Teixeira
Américo Ribeiro Magro

PROTEÇÃO DE DADOS

Fundamentos jurídicos

2020

 **EDITORA**
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A (IN)EFICÁCIA DO DIREITO À ANONIMIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM FACE DA ANÁLISE DE BIG DATA DOS METADADOS PRODUZIDOS NO ÂMBITO DA INTERNET DAS COISAS.....	13
1. Introdução	14
2. Preliminarmente: Afinal, o que são dados (pessoais)?	14
2.1 Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados.....	18
2.2 Metadados.....	20
3. Internet das Coisas e Big Data: Conceitos e correlações.....	23
3.1 Internet das Coisas e o Decreto nº 9.854/2019	28
4. A proteção e a disciplina do tratamento de dados na legislação brasileira	30
4.1 O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).....	30
4.2 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)	34
5. Os dados produzidos na IoT e a (in)eficácia das técnicas de anonimização em face de análises de big data.....	39
6. Conclusões	48
7. Referências bibliográficas.....	50
2. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES....	53
1. Introdução	53

2.	Sociedade de Informação: a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em confluência com o Estatuto da Criança e do Adolescente	57
3.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o tratamento dos dados sensíveis e a tutela de crianças e adolescentes	69
4.	Conclusões	82
5.	Referências bibliográficas.....	84
3.	A OBRIGATORIEDADE DE ELIMINAÇÃO DE DADOS PESSOAIS APÓS O TÉRMINO DE SEU TRATAMENTO E A APLICAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO	87
1.	Introdução	87
2.	Eliminação dos dados pessoais.....	89
2.1	Eliminação de dados pessoais de crianças e adolescentes	91
3.	Direito à eliminação de dados pessoais	92
4.	Direito à privacidade.....	96
5.	Direito à informação.....	99
6.	Direito ao esquecimento.....	102
7.	Conclusões	109
8.	Referências bibliográficas.....	110
4.	O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA LGPD	115
1.	Introdução	115
2.	A era da informação e dos dados pessoais	117
3.	Organização Administrativa Brasileira	119
4.	Os princípios constitucionais incidentes na LGPD.....	122
5.	O tratamento de dados pessoais pelas “estatais”	126
5.1	Espécies de empresas públicas e de sociedades de economia mista	129
6.	Empresas públicas e sociedades de economia mista na LGPD	130
6.1	Políticas públicas e as redes de sistemas governamentais	132
7.	Conclusões	134
8.	Referências bibliográficas	135

5. ÔNUS E BÔNUS DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO TRATAMENTO DE DADOS POR SERVENTIAS NOTARIAIS E REGISTRAS	139
1. Introdução	140
2. Serventias notariais e registraes	141
3. Internet, tecnologia e novas tendências	147
4. Adequação às normativas contemporâneas	154
5. Conclusões	161
6. Referências Bibliográficas	164
6. REFLEXÕES SOBRE SEGURANÇA, BOAS PRÁTICAS, GOVERNANÇA E COMPLIANCE NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS ..	167
1. Introdução	167
2. Proteção dos Dados Pessoais: Governança, Boas Práticas e <i>Compliance</i>	170
2.1 Dados Pessoais e o Vazamento de Informações....	170
2.2 Governança Corporativa e Governança de TI	173
2.3 Governança: Medidas técnicas e administrativas ..	177
3. Autoridade Nacional, Boas Práticas e <i>Compliance</i>	181
3.1 Incidentes de segurança e Boas Práticas.....	181
3.2 Comunicação à Autoridade Nacional	183
3.3 Governança, Boas Práticas e <i>Compliance</i>	187
4. Conclusões	193
5. Referências bibliográficas.....	195
7. A ESTRUTURA E A NATUREZA JURÍDICA DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COM BASE NA LEI Nº 13.853/19	199
1. Introdução	199
2. Desenvolvimento	201
2.1 Da legislação europeia e requisitos a uma Autoridade de Proteção.....	201
2.2. Da legislação brasileira	210
2.2.1 Da natureza transitória da Autoridade de Proteção brasileira.....	210
2.2.2 Da natureza de autarquia de regime especial	216

3.	Conclusões	223
4.	Referências bibliográficas.....	225
8.	AS LIMITAÇÕES DA UTILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE BIG DATA À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	229
1.	Introdução	230
2.	O Big Data: aspectos gerais e relevantes	234
3.	A proteção de dados pessoais no Brasil.....	240
3.1	As demais bases legais para tratamento de dados pessoais	248
3.2	A responsabilidade pelo descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)	255
4.	Conclusões	260
5.	Referências bibliográficas.....	262